

# Relações de gênero nos espaços público e privado: a experiência das trabalhadoras na CUT\*

Magda de Almeida Neves\*\*

## Introdução

A produção nas Ciências Sociais sobre a questão de gênero no Brasil foi inventariada recentemente por artigos que recuperaram a trajetória das investigações sobre a temática feminina em diferentes campos, demonstrando como este percurso reterritorializou o estudo sobre as mulheres (Bandeira e Oliveira, 1990; Costa e Bruschini, 1992).

Apesar dos diversos e inúmeros estudos e pesquisas que nos últimos anos vêm privilegiando o conceito de relações de gênero, as indagações são ainda inúmeras. Se o movimento feminista nos anos 80 e 90 vem passando por um processo de refluxo, na academia o debate tem sido revigorado.

Uma das questões disputadas tem sido o tema das relações de gênero nos espaços público e privado. Este artigo tem como objetivo contribuir para esta discussão, ao analisar como as mulheres trabalhadoras, em sua experiência na Central Única dos Trabalhadores (CUT), têm conseguido modificar essas relações.

## As relações de gênero nos espaços público e privado

Nos inúmeros trabalhos surgidos nos últimos anos, a partir do estudo pioneiro de J. Scott (1986), o conceito de relações de gênero define-se como uma construção sócio-histórica que envolve relações sociais complexas (opondo-se, assim, à idéia de que o equipamento biológico é suficiente para definir o masculino e o feminino), como relações de poder nas quais as mulheres ocupam posições subalternas.

Ao postular este caminho, a teoria feminista desconstrói o conceito de sujeito humanista, universal, atemporal para situá-lo como um sujeito feminino ou masculino, inserido num tempo histórico e num espaço cultural. Questiona-se, portanto, a condição feminina como uma categoria abstrata e universal, passando-se a analisar a constituição da experiência feminina em contextos delimitados no tempo e no espaço, tanto nos seus aspectos simbólicos quanto políticos e sociais (Dias, 1992; Neves, 1991).

\* Versão revista e atualizada de trabalho publicado nos *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 1992, vol. 2, pp. 129-42, sob o título "Relações de gênero e sindicalismo".

\*\* Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Definir a construção do gênero a partir das relações sociais implica enfocar uma outra questão - a do outro, a relação entre alteridade e autonomia. Este é um ponto bastante complexo, estudado, por exemplo, por Benhabib (1987) na análise do outro generalizado e do outro concreto. Segundo a autora, na teoria moral contemporânea estes conceitos são vistos como incompatíveis ou mesmo antagonísticos. Para o entendimento do outro generalizado é necessária a percepção de cada indivíduo como um ser racional com direitos e deveres atribuídos pela sociedade; o outro concreto, ao contrário, pressupõe a compreensão do ser racional como um indivíduo com uma história concreta, uma identidade e uma constituição afetiva-emocional. "O eu não é uma coisa, um substrato, mas o protagonista na história da vida." (Benhabib, 1987: 100).

A autora assinala a importância de reconhecer a dignidade e o valor do eu generalizado, mas observa que, nas sociedades modernas, essa concepção não é suficiente para definir uma opinião moral. O reconhecimento do outro concreto possibilita estabelecer críticas ao discurso universalista e deixar vir à tona "o não pensado, o não visto, o não ouvido nestas teorias" (Benhabib, 1987:103). Ou, como chama a atenção Maria Odila Dias (1992:40), permite "encontrar a trilha e a perspectiva que ilumina a terceira margem do rio [...]".

Ao tratar do outro e apontar para a constituição dos gêneros através das relações sociais e históricas, a teoria feminista questiona também o significado da opressão feminina. Não é mais suficiente lutar pela emancipação política e econômica das mulheres, pleitear a sua entrada e reconhecimento na esfera pública, criticar a proposta liberal de emancipação e igualdade para o sujeito universal, do qual se exclui as mulheres. Amplia-se a percepção da opressão, questiona-se a sua presença também na esfera privada, no espaço

doméstico, nas relações afetivas e sexuais, colocando-se no centro dessas interrogações a formação da identidade dos gêneros. Neste contexto, interroga-se igualmente sobre as imagens, símbolos e mitos que atuam no sentido de conformar os papéis de gênero, visando à desconstrução dos significados que damos a sexo, gênero e natureza, tarefa não muito fácil de ser empreendida.

Outro conceito que se encontra no centro do debate é o de diferença. Contrapondo-se à noção de um sujeito universal, neutro, assexuado, postula-se a existência de sujeitos femininos e masculinos, construídos através de relações sociais e históricas e com suas diferenças. Essa desconstrução/reconstrução do sujeito, marcado pelas diferenças de suas identidades, possibilita a visibilidade do feminino. Ser sujeito significa afirmar-se pela palavra e pela ação, tanto no mundo público quanto no privado. Recuperar a diferença expressa o rompimento com o idêntico, com o homogêneo, com o sujeito que não tem história, que não tem identidade. Reafirmar a diferença na constituição do sujeito denota a compreensão da sua subjetividade e da sua complexidade, constituídas no inter-relacionamento do Real e do Imaginário, do desejo e da razão. Evidentemente, este enfoque provoca tensões não muito fáceis de serem resolvidas entre a compreensão do sujeito individual feminino e a noção de sujeito coletivo feminino; entre o sujeito feminino na sua alteridade com o masculino, e vice-versa, e o sujeito coletivo que abrange ambos os gêneros - por exemplo, a classe social.

Essa mudança na compreensão da história das mulheres tem implicações para o conceito de identidade tanto individual quanto coletiva, pois os valores culturais e os acontecimentos passam a ser analisados num processo de contínua mudança, rompendo com categorias fixas e cristalizadas.

Este tipo de questionamento remete à reavaliação do próprio conceito de classe, que deixa de ser entendida como categoria totalizante e estática, para se perceber as diferenças que a qualificam através das ações de mulheres e homens, jovens e velhos, brancos e negros, dando-lhe, assim, concretude e movimento. Seus atores são sujeitos que, por meio de suas experiências e ações, rompem com a realidade instituída.

Na teoria política moderna, a separação entre razão e desejo vai marcar a separação entre a esfera pública do Estado, da política e da racionalidade e a esfera privada das emoções, da afetividade, da intimidade. Surgida nos séculos XVII e XVIII, esta concepção define a esfera privada como lugar privilegiado das mulheres - uma vez que elas representam os desejos e as afetividades - e a esfera pública como lugar privilegiado dos homens - que representam o racional, o político e o cidadão.

Como mostra Nancy Frazer (1987), no desenvolvimento de sua teoria sobre a Modernidade Habermas diferencia o sistema e o mundo da vida, distinção que remete à existência de duas esferas: a esfera íntimo-privada da família, de um lado, e a esfera pública da participação política, de outro. Em Habermas, portanto, permanece a dicotomia entre as duas esferas. Na pública existe o econômico, o político, o sistema jurídico das sociedades modernas, onde os cidadãos políticos, pessoas jurídicas e agentes econômicos podem participar igualmente. Na esfera privada a característica é a família nuclear, espaço da sexualidade, intimidade e afetividade. Apesar dessas distinções, Habermas admite, porém, a interação de uma esfera com a outra a partir das trocas que realizam entre si, mediadas pelos papéis específicos de cada uma. A crítica que Nancy Frazer faz a este autor é que ele não especifica as diferenças de gênero para categorias como trabalhador, cida-

dão, consumidor e cliente (Frazer, 1987:50). Segundo a autora, a universalização destes papéis é consequência da oposição categorial que Habermas estabelece entre instituições sistêmicas e mundo da vida (Frazer, 1987: 65).

Para Iris Young (1987), a divisão entre razão normativa, que define a unidade do sujeito, e desejo e afetividade que, ao contrário, particularizam as pessoas, vai incidir diretamente para estabelecer a dicotomia entre o domínio público, universal da soberania e do Estado e o domínio privado das necessidades. Entretanto, Young salienta que, apesar da dicotomização das esferas no pensamento de Habermas, sua concepção de ação comunicativa oferece um ponto de partida promissor para uma concepção alternativa de razão normativa, ainda que o autor mantenha um compromisso com a imparcialidade e reproduza, em sua teoria da comunicação, uma oposição entre razão e desejo (Young, 1987: 78).

No seu livro *A condição humana*, Hannah Arendt (1983) faz uma crítica contundente à Modernidade retomando a discussão sobre as esferas privada e pública. Segundo a autora, na Era Moderna houve um crescimento da esfera social, passando o trabalho, entendido como produtividade e mercadoria, a referenciar a ação dos indivíduos. Identificado com o labor, o trabalho perde a sua dimensão criativa para se situar no terreno das necessidades e das utilidades. Com a ascendência do social, observa Arendt, ocorre o crescimento da sociedade de massas e, com isso, a burocratização e a administração da política. Em consequência, o "comportamento substitui a ação como principal forma de relação humana" (Arendt, 1983:31) e a igualdade fica reduzida ao idêntico. Pode-se lembrar aqui, também, a crítica que Benjamin faz à Modernidade como terreno da "mesmice".

Ao estabelecer essa crítica, Arendt desenvolve elementos que contribuem

para uma compreensão da esfera pública a partir do conceito de ação política. Segundo a autora, a política define-se pela ação de diferentes na construção de um espaço comum. Chamando a atenção para a pluralidade dos sujeitos, ela mostra que a alteridade é aspecto importante dessa pluralidade, assim como a singularidade dos indivíduos, que exprimem sua diferença e manifestam-se uns aos outros pela palavra e pelo discurso. Neste sentido, conclui Arendt, a esfera política resulta diretamente da ação em conjunto, da participação de palavras e atos. A possibilidade de inventividade da ação política, deste movimento que recria continuamente o espaço público, supõe a fundação contínua da liberdade.

O movimento de mulheres organizou-se no sentido de denunciar a ausência de direitos, a exclusão do mundo público, a negação da palavra. Nesse movimento de reinvenção da política, confere-se um novo sentido à vida pública, vista como espaço de pluralidades, de ações políticas heterogêneas.

Mesmo reconhecendo a existência das esferas pública e privada na vida moderna, tanto o movimento quanto a teoria feminista questionam a dicotomia entre espaço privado como lugar das emoções e da afetividade e espaço público como lugar do racional e da política. Este reconhecimento não se faz, entretanto, sem tensões ou dificuldades, tanto para o movimento quanto para a teoria.

São muitas as tensões e desafios que perpassam, na atualidade, os estudos sobre a mulher, e são justamente eles que dão vigor ao pensamento, à pesquisa e ao estudo daquelas e daqueles que teimam em persistir nesse caminho. Sem dúvida, a incorporação do conceito de gênero vem contribuindo sensivelmente para a renovação do debate, demonstrando que existe um longo percurso a ser enfrentado e muitos significados a serem desconstruídos.

Na seção seguinte pretende-se mostrar como a participação sindical das mulheres trabalhadoras colocou novas questões para o movimento sindicalista, evidenciando as relações de gênero tanto no espaço público quanto no privado.

### Relações de gênero e sindicalismo

A partir dos anos 70, observa-se um aumento crescente da força de trabalho feminina nas indústrias de transformação. Segundo os censos demográficos do IBGE, havia em 1970 pouco mais de 6 milhões de mulheres economicamente ativas no país - o correspondente a 20,7% da PEA -, contingente que somou 12 milhões em 1980 (27,4% da PEA) e que atingiria, em 1985, 36,9% da PEA. Para 1990 as projeções apontam um percentual de 41,4%.

O ingresso de um número maior de mulheres no mercado industrial nesses anos foi consequência de quatro fatores essenciais: a necessidade de ajudar no orçamento familiar, em virtude do decréscimo do salário real dos trabalhadores; o crescimento do setor mecânico e eletroeletrônico, impulsionado pela industrialização brasileira do início da década, cujas tarefas exigiam destreza, minúcia e habilidade, características consideradas adaptadas à mão-de-obra feminina; a modificação na organização do trabalho, com a decomposição das tarefas, desqualificando o trabalho e abrindo espaço para a mão-de-obra não-qualificada; o relevo crescente conferido à divisão entre o planejamento e a execução do trabalho, criando-se funções mais simplificadas e rotinizadas, atribuídas preferencialmente às mulheres (Githay *et al.*, 1982).

Esse crescimento da mão-de-obra feminina, contudo, não implicou, em princípio, uma maior participação sindical das trabalhadoras. Como observa Humphrey (1983), a presença das mulhe-

res nos sindicatos era praticamente inexistente nos anos 70, e mesmo atualmente é pouco expressiva relativamente à dos homens. Segunda pesquisa publicada na *Folha de S. Paulo* (24/09/90), do total da população filiada a alguma entidade de caráter sindical em 1990 - apenas 9,09 milhões (17,6%) dos 51,73 milhões de trabalhadores(as), segundo a PNAD de 1988 -, 74,4% eram homens e apenas 25,6% eram mulheres.

A luta das mulheres trabalhadoras pelos seus direitos só aparece de forma mais organizada no cenário público no final dos anos 70, com a realização do 1º Congresso das Operárias Metalúrgicas de São Bernardo, com 800 inscritas e o comparecimento de 300 trabalhadoras. A questão que de início mobilizou as trabalhadoras foi a modificação na lei proposta pelo governo para abolir a proibição do trabalho noturno, mas outras questões que diziam respeito ao cotidiano do trabalho feminino também foram denunciadas: a falta de creches nos locais de trabalho; as "cantadas" e violências dos chefes; a disciplina e o controle excessivo sobre as mulheres; a discriminação sexual; a desigualdade de salários para funções idênticas etc. (Souza Lobo, 1987).

Neste momento, começava uma atuação mais organizada das trabalhadoras no espaço público da ação sindical, denunciando as discriminações vividas e objetivando relações sindicais e de trabalho igualitárias entre mulheres e homens. Em vários outros locais do Brasil realizam-se congressos e encontros semelhantes e discute-se a necessidade de uma maior sindicalização e de uma participação mais atuante das mulheres nos sindicatos. Questiona-se a atuação exclusiva das mulheres no espaço privado da casa e do trabalho e incentiva-se a sua participação sindical, afirmando-se como sujeito pela sua ação e pela sua palavra.

Essa mobilização das trabalhadoras insere-se num movimento mais am-

plio e heterogêneo das mulheres, constituindo e fortalecendo o período de redemocratização, expresso na multiplicação dos clubes de mães, na participação expressiva das mulheres nas associações comunitárias, na campanha pró-creche, na luta contra as diferenças salariais e profissionais, na denúncia da dupla jornada de trabalho e da violência contra as mulheres. Além destes, fortalece-se o movimento feminista, que já vinha se afirmando no Brasil a partir, sobretudo, de 1975, Ano Internacional da Mulher, com a criação de diversos grupos e centros da mulher.

A questão que se colocava em todos esses espaços era a denúncia da opressão feminina e da discriminação das mulheres e a luta pela conquista da sua emancipação política e econômica. Tanto no interior do movimento quanto nos estudos então elaborados, uma questão polêmica era a relação entre o específico e o geral, as mulheres e a classe, as relações de gênero no espaço privado e no espaço público, a constituição de uma identidade individual e de uma identidade coletiva. As denúncias das discriminações sofridas pelas mulheres no trabalho pareciam ameaçar a unidade da classe operária, e a idéia de unidade confundia-se com a idéia de identidade, que exclui a noção de diferença (Souza Lobo, 1991: 38).

Denunciou-se a discriminação das mulheres não só nos locais de trabalho, mas também no espaço doméstico e nos sindicatos. Uma das reivindicações das trabalhadoras passou a ser uma maior participação nas organizações sindicais, através da criação de Departamentos Femininos, com os quais se buscava: (a) superar o afastamento das mulheres das entidades sindicais; (b) incentivar as práticas de mobilização desse segmento; (c) reduzir o isolamento da luta das trabalhadoras; e (d) fomentar estudos e pesquisas que permitissem o acompanhamento da situação produtiva e discriminatória do trabalho feminino.

Toda essa dinâmica de participação política possibilitou a visibilidade das mulheres e da luta por seus direitos e pela sua cidadania no espaço público. Mas a experiência dos Departamentos Femininos não foi duradoura. Nas análises desta experiência, a pergunta que se fez foi: até que ponto a criação do Departamento Feminino poderia significar um avanço na luta das mulheres ou, ao contrário, uma guetização da questão da mulher no sindicato? A criação desses departamentos ocorreu numa época em que o debate sobre a questão da mulher e as questões feministas se fazia presente nos diferentes espaços sociais. Por exemplo, na Itália, Bianca Becalli (1987) observou que a linguagem do novo sindicalismo e a linguagem do novo feminismo italiano na década de 70 estavam estreitamente ligadas: "As mulheres começaram a discutir em grupos a vida cotidiana de cada uma, buscando uma nova identidade através da recente experiência política coletiva". Para esta autora, através desses debates as militantes sindicais passaram a questionar o sindicato como espaço masculino, "modelo com o qual as mulheres só chegam a se identificar mediante grandes esforços" (Becalli, 1987:188).

No Brasil, Elizabeth Souza Lobo (1987) e Paola Cappellin (1989) apontam essa mesma ligação entre movimento feminista e movimento sindical, que teria permitido a emergência de uma nova discussão sobre a classe operária no movimento feminista, e sobre a temática da luta contra a discriminação das mulheres no interior das organizações sindicais.

No campo, como demonstram as análises feitas por Lena Lavinas e Paola Cappellin (1991), as trabalhadoras rurais também exigiram uma participação nos sindicatos e realizaram diversas manifestações. Na Paraíba (região do brejo paraibano) formou-se em 1982 o Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT), que realizou os primeiros encon-

tro e reuniões de mulheres para debater o problema das expulsões e do acesso precário à terra, decorrente da expansão da pecuária e do cultivo da cana-de-açúcar. No Sul, a luta em defesa de melhores condições de trabalho, da definição dos preços agrícolas e do acesso ao crédito reuniu em 1980 mais de 30 mil agricultores e agricultoras que boicotavam o preço final dos produtos. No Paraná, durante encontro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1981, surge a necessidade de criação de uma articulação regional das mulheres trabalhadoras, que se concretizou no 1º Encontro Regional das Mulheres Rurais e Urbanas, realizado em 1984. De 1985 a 1988, a presença feminina se fez indispensável também nas ocupações de terras, nas grandes caminhadas e nas romarias em prol da reforma agrária.

Diversos encontros de mulheres trabalhadoras rurais ocorreram em vários outros pontos do país, em que se denunciou a violência contra as mulheres, a discriminação salarial e o não reconhecimento dos seus direitos trabalhistas e do seu direito à terra.

Em 1986 realizou-se na Paraíba o I Encontro Estadual das Trabalhadoras, promovido conjuntamente pelo MMT e a Secretaria da Mulher da CUT e apoiado por alguns grupos do movimento feminista autônomo da Paraíba. Neste mesmo ano, a partir dessas diferentes mobilizações, foi aprovada no II Congresso da CUT a resolução de formação da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT), visando principalmente à sindicalização feminina. A dinâmica do movimento vinha apontando cada vez mais para a necessidade de diferenciação entre o público masculino e o feminino, e o objetivo dessa comissão era

"[...] criar uma política integrada à política geral da CUT, incorporando a dimensão de gênero nas análises e práticas sindicais. Não queríamos o 'gueto'

e tratávamos de evitar condições que levassem a isto. Pensar e desenvolver políticas sobre e dirigidas às trabalhadoras tinha que ser assumido como tarefa central e não como espaço exclusivo ('permitido') da atuação sindical das mulheres." (CNQMT, 1991).

A nova Constituição, aprovada em 1988, garantiu às mulheres trabalhadoras algumas vitórias significativas, entre elas: a igualdade de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais para as(os) trabalhadoras(es) urbanas(os) e rurais; o fim da proibição à maternidade e a proibição da discriminação sexual; a co-chefia do núcleo familiar e o direito à terra.

Em julho de 1988 realizou-se o 1º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, que contou com a participação de 72 trabalhadoras de vários estados. Diversas reivindicações foram reafirmadas - como, por exemplo, a luta por creches - e debateu-se a legalização do aborto. A partir deste congresso a CNQMT passou a priorizar a formação sobre a questão de gênero, através de um programa de dois anos atingindo todas as regiões do país.

Em junho de 1991 foi organizado o 2º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, como preparativo ao IV Congresso da CUT, realizado em setembro de 1991. Neste encontro, que contou com a participação de 130 delegadas e um delegado, representando 19 estados e 11 departamentos e federações nacionais, ficou consolidada a presença da mulher trabalhadora na CUT enquanto participante efetiva da central sindical e também enquanto temática.

Três questões sobressairam no debate político: a legalização do aborto, a estrutura organizativa do trabalho de mulheres e a participação destas nas instâncias de direção da CUT. Com relação a este último tema, foi proposta a participação por "quotas", "como medida para interferir na dinâmica das

relações de poder sindical, ampliando a democracia de gênero" (Delgado, 1992: 13).

É importante salientar que, nos últimos anos, o debate e as reivindicações referidos a uma maior participação das mulheres nos sindicatos vêm se transformando, evidenciando-se a importância de se assumir a diferença, e que esta não pode ser obstáculo para a unidade. Uma demonstração disso são os lemas adotados pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT em seu primeiro congresso (1990) - "unidade e diversidade" - e pelo 2º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (1991) - "igualdade e diversidade" (Delgado, 1991).

As questões iniciais de crítica e denúncia - a exploração das mulheres trabalhadoras no sistema capitalista e a opressão feminina como consequência da manutenção das relações patriarcais - não são mais suficientes para explicar o conjunto das relações sociais. O entendimento das relações sociais de gênero, seus aspectos simbólicos e imaginários, e das relações de poder que configuram uma hierarquia entre os sexos coloca uma nova dimensão no debate sindical. A participação mais ampla das mulheres nos sindicatos implica um questionamento dessas relações e também da inserção de homens e mulheres nos espaços público e privado. Os estudos vêm demonstrando que a dificuldade de uma participação mais ativa das mulheres nos sindicatos envolve não só a representação do espaço público da ação política como exclusivo dos homens, mas também as dificuldades da dupla ou da tripla jornada de trabalho - casa, trabalho e sindicato. Constata-se que as mulheres atuam ativamente nas greves, nos piquetes e em outras ações de organização do movimento sindical, mas poucas são as que participam das instâncias de decisão.

Esta constatação, como vimos, levou as trabalhadoras a propor, basean-

do-se nas experiências da França e da Alemanha, o estabelecimento de cotas diferenciadas para a participação feminina e masculina nas direções sindicais, com o objetivo de se alcançar condições igualitárias e democráticas de participação. Passou-se a exigir uma distribuição dos cargos de direção sindical entre homens e mulheres em que a estas coubesse uma cota de 30%.

Toda esta experiência vivenciada pelas mulheres no movimento sindical cutista, as ações implementadas demarcando as diferenças de suas reivindicações, questionando o espaço sindical como masculino, provocaram uma renovação do movimento sindical, exigindo que ele se ampliasse e se reformulasse. A dupla ou tripla jornada de trabalho assumida pelas mulheres para poder trabalhar e atuar na vida sindical trouxe à tona a questão dos papéis socialmente definidos para as mulheres e os homens no espaço privado e no espaço público, mostrando como as mulheres têm de enfrentar inúmeros obstáculos para par-

ticipar efetivamente do sindicato. Dessa maneira, tornou-se claro que muitas das reivindicações das trabalhadoras - como, por exemplo, a igualdade salarial entre homens e mulheres, o estabelecimento de creches nos locais de trabalho - melhores condições de trabalho - são dimensões da luta sindical e, portanto, de responsabilidade de homens e mulheres.

Um dos grandes desafios da prática política das trabalhadoras tem sido, pois, o de envolver os homens neste processo. Apesar das dificuldades encontradas, as mudanças ocorridas no movimento sindical são evidentes. Não há dúvidas, porém, de que a maior visibilidade das mulheres, a conquista de seus direitos trabalhistas, sua inclusão no mundo público e a garantia de sua emancipação política só poderão concretizar-se na medida em que o sindicalismo incorporar as diferenças de gênero e questionar as relações sociais entre homens e mulheres.

### Referências bibliográficas

- ARENDR, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
- BANDEIRA, Lourdes e OLIVEIRA, Eleonora. Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero nas Ciências Sociais. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu, MG, outubro, 1990.
- BECALLI, Bianca. "Feminismo e sindicalismo: o caso italiano durante a década de 70". In: *O sexo do trabalho*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- BENHABIB, Seyla. "O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista". In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. (orgs.), *Feminismo como critério da modernidade*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.
- CAPPELLIN, Paola. "Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste, 1976/1986". In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.), *Rebeldia e submissão - estudos sobre a condição feminina*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1989.
- CNQMT. "História de uma vida coletiva". In: *Mulheres trabalhadoras rurais - participação e luta sindical*, São Paulo, CUT, 1991.
- COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DELGADO, Berenice. "Gênero e raça - um desafio para o sindicalismo dos anos 90".

- Revista Tempo e Presença Cedi*, São Paulo, n. 259, ano 13 (Sindicalismo hoje - novos desafios), 1991.
- \_\_\_\_\_. "A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT". In: *Mulheres daqui e de lá... diálogo entre as trabalhadoras do Brasil e do Quebec*, São Paulo, CUT/CNMT/ CSN, 1992.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. "Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.), *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- FLAX, Jane. "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista". In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.), *Pós-modernismo e política*, Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- FRAZER, Nancy. "O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero". In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. (orgs.), *Feminismo como critério da modernidade*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.
- GITAHY et al. "Operários: sindicalização e reivindicações (1970-80)". *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, Cortez, n. 8, 1982.
- HUMPHREY, J. "Sindicato, um mundo masculino". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n.1, abril, 1983.
- LAVINAS, Lena e CAPPELLIN, Paola. "Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais". In: *Mulheres trabalhadoras rurais - participação e luta sindical*, São Paulo, CUT, 1991.
- NEVES, Magda de A. *As trabalhadoras de Contagem: uma história outra, uma outra história*. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, USP, 1991.
- SCOTT, Joan W. "Gender: a useful category of historical analysis". *American History Review*, vol.91, n.5, 1986.
- SORJ, Bila. "O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade". In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.), *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SOUZA LOBO, Elizabeth. "Masculin et féminin dans la pratique et les discours syndicaux au Brésil". In: AUBERT, N., ENRIQUEZ, E. e GAULEJAC, V., *Le sexe du pouvoir*, Paris, Desclée de Brouwer, 1986.
- \_\_\_\_\_. "A prática invisível das operárias". In: *O sexo do trabalho*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Lutas operárias em São Bernardo do Campo". In: SOUZA LOBO, E., *A classe operária tem dois sexos*, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- YOUNG, Iris Marion. "A marginalidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política". In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. (orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.

**RESUMO - Relações de gênero nos espaços público e privado: a experiência das trabalhadoras na CUT.** Este artigo tem como objetivo analisar as relações de gênero nos espaços público e privado, tomando como exemplo a experiência das trabalhadoras na CUT. Na primeira parte procura-se sistematizar algumas questões do debate mais recente sobre os espaços público e privado. Na segunda parte enfoca-se a presença das mulheres no sindicalismo cutista, suas lutas e reivindicações. A análise da participação das mulheres neste espaço público procura mostrar como as trabalhadoras, questionando o espaço sindical como masculino, provocaram a reformulação e a ampliação do movimento sindicalista.

**ABSTRACT - Gender relations in public and private sphere: the experience of women workers of CUT movement.** *This paper aims to analyse gender experience of women workers of CUT movement in public and private sphere. The first part of it points out some questions of the most recent debate on public and private. The second part focalizes the presence of women in syndicalism - their fights and claims. The analysis of the participation of women in this public sphere aims to reveal how their performance, contesting the syndical place as that one exclusively designed for man, started a deep reformulation and so, an enlargement of syndicalist movement.*

Aprovado para publicação em 08/03/94.